

DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: POR UMA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARTICIPADA

Challenges of the population aging: by a permanent education

Retos del envejecimiento poblacional: por una educación permanente participada

Armando Paulo Ferreira Loureiro*
Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) – Pt.

RESUMO

O envelhecimento populacional é um facto social. Tal faz com que vários desafios se coloquem e se procure dar-lhes resposta em diversos setores. O da educação é um deles. Como bem sabemos, este é um setor que normalmente se tem dedicado à educação de tipo escolar e, dentro desta, a faixas etárias mais jovens. Ou seja, a tendência das políticas e da própria investigação tem recaído nessa parte da educação. No entanto, há uma outra educação que tem cada vez maior relevo na nossa sociedade e sobre a qual é necessário intensificar a reflexão e o investimento político e científico. Neste artigo procura-se dar um pequeno contributo no sentido de reforçar o relevo que a educação permanente de carácter não formal tem junto da população idosa.

Palavras-chave: Envelhecimento. Educação permanente. Participação.

ABSTRACT

Population aging is a social fact. This causes a number of challenges to arise and to respond to them in various sectors. Education is one of them. As we all know, this is a sector that has traditionally been devoted to school-type education and, within the latter, to younger age groups. That is, the trend of policies and research itself has fallen on this part of education. However, there is another education that is increasingly important in our society and on which there is a need to intensify political and scientific reflection and investment. In this article we try to make a small contribution in order to reinforce the importance that permanent non-formal education has with the elderly population.

Keywords: Aging. Permanent education. Participation.

RESUMEN

El envejecimiento de la población es un hecho social. Esto hace que varios desafíos se coloquen y se procure darles respuesta en diversos sectores. El de la educación es uno de ellos. Como bien sabemos, este es un sector que normalmente se ha dedicado a la educación de tipo escolar y, dentro de ésta, a grupos de edad más jóvenes. Es decir, la tendencia de las políticas y de la propia investigación ha recaído en esa parte de la educación. Sin embargo, hay otra educación que tiene cada vez mayor relieve en nuestra sociedad y sobre la que es necesario intensificar la reflexión y la inversión política y científica. En este artículo se pretende dar una pequeña contribución en el sentido de reforzar el relieve que la educación permanente de carácter no formal tiene junto a la población anciana.

Palabras-clave: Envejecimiento. Educación permanente. Participación.

Introdução

O envelhecimento da população é uma realidade que caracteriza várias zonas geográficas do mundo. A União Europeia é uma das que mais sentem este fenómeno social. A idade média da sua população em 2008 era de 40.4 anos e prevê-se que seja de 47.9 anos em 2060 (GIANNAKOURIS, 2008). Ainda de acordo com a mesma fonte, a população com 65 e mais anos em 2008 era 17.1% da população, prevendo-se que seja de 30.0% em 2060, passando o número total de pessoas com essa idade de 84,6 milhões para 151,5 milhões no mesmo período temporal. Da mesma forma, o número de pessoas com 80 e mais anos, que em 2008 era 21,8

milhões, se projeta que passe quase para o triplo em 2060: 61,4 milhões de pessoas. A previsão sobre a taxa de dependência dos idosos também refere um aumento substancial, passando de um índice de 25,4% em 2008 para 53,5% em 2060.

Portugal acompanha esta tendência. De acordo com Instituto Nacional de Estatística, em 2015, o País era, de entre os 28 países da União Europeia, o 5º com maior elevado índice de envelhecimento. Entre 1970 e 2014, a proporção da população com 65 e mais anos de idade passou de 9,7% em 1970 para 20,3% em 2014. O índice de dependência dos idosos aumentou sempre entre 1970 e 2014, passando de 16% para 31% (INE, 2015). As projeções realizadas pela mesma fonte para o período ente 2015 e 2080 confirmam o agravamento do envelhecimento da população: “A população com 65 ou mais anos de idade residente em Portugal poderá passar de 2,1 para 2,8 milhões de pessoas, entre 2015 e 2080” e “o índice de envelhecimento poderá mais do que duplicar entre 2015 e 2080, passando de 147 para 317 idosos por cada 100 jovens (INE, 2017, p. 4, 6).

No Brasil o envelhecimento populacional é também uma realidade. trata-se de uma situação que vem ocorrendo há várias décadas. Como referia Kalache (1987, p. 217, 219) “O Brasil está em franco processo de envelhecimento”, prevendo-se na altura que a proporção de idosos passasse de 6% em 1980 “para mais de 13% previstos para o início do Século XXI”. Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dizem-nos que a proporção das pessoas com 65 ou mais anos em 2010 era de 7.32% na população total e que a projeção para 2060 é que seja de 25.49% (<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>). Como referem Cunha, Pereira e Loureiro (2019, p. 47-48.), o ciclo de vida em que estas pessoas estão caracteriza-se pela perda e ganho de papéis e funções sociais, tais como:

[...] cessação total ou parcial da atividade profissional, perda de familiares e amigos, adaptação a situações de debilidade, processos de institucionalização, necessidade de lidar com mudanças do corpo e imagem, possibilidade de novas aprendizagens e novas relações, por exemplo. Enquanto processo social, estas etapas também dizem respeito ao entorno social e familiar do idoso, ou seja, tal como a pessoa idosa também os seus significativos mais próximos vivenciam esses fenómenos.

Trata-se de um ciclo de vida que, tal como os outros, tem aspetos específicos, em que os indivíduos têm características biológicas, cognitivas e sociais próprias da idade, têm saberes e experiências que foram acumulando e criando ao longo das suas vidas. Não se trata de uma fase em que as pessoas têm apenas necessidades, dificuldades a que é necessário dar resposta, mas também de uma altura da vida em que tais pessoas têm muito para dar à sociedade de que fazem parte.

Não defendemos, portanto, as teorias e políticas centradas apenas nas necessidades e dificuldades, defendemos as teorias, práticas e políticas sociais e educativas que encaram esta fase da vida e as pessoas que nela se encontram como um recurso, uma mais valia para os grupos, as comunidade e a sociedade em geral. Como uma altura em que a afirmação da vida cidadã e participativa pode e deve ocorrer como noutra qualquer. As políticas e práticas centradas apenas nas necessidades são, no geral, apenas assistencialistas, e os idosos, mesmo os que precisam de algum tipo de assistência, de cuidado, têm, em muitos casos, muito para dar também.

As políticas sociais e educativas centradas apenas nas necessidades são o reflexo da designada sociedade cognitiva, da aprendizagem, das competências, do mercado, que visam preparar para a competição, para o economicamente útil. E nesta lógica o idoso tem um papel menor, até porque já está fora do mercado de trabalho, na maior parte dos casos.

Outro aspeto para o qual há que chamar a atenção é que não existe o Idoso, existem idosos, tal como não existe o adulto, mas sim adultos, jovens, crianças. Queremos com isto dizer que é normal termos políticas, medidas e práticas gerais para esta fase das nossas vidas, mas não devemos esquecer o perigo das uniformidades, dos planeamentos, nomeadamente na área da educação, que não deixam espaço de manobra para as diferenças.

Cabe perguntar, neste contexto que papel tem tido e pode ter a educação, a pedagogia social? Como indagam Lima (2012a) e Bernstein (2001), educação, a pedagogia pode tudo? Não, certamente que não, e há perigos, como nos alertam, entre outros, os dois autores referidos, pensar que sim, pensar que a educação pode ser a solução para tudo. Apesar desse cuidado a ter, acreditamos no papel da educação, da educação permanente que, entre outras dimensões, potencia a participação ativa na sociedade, a troca de saberes entre gerações e não deixa ninguém de fora desse processo que nos acompanha durante a nossa vida, e, portanto, também quando se é idoso.

É sobre o papel da educação nesta fase da nossa existência que refletimos a seguir, dando destaque aos princípios/metodologias que consideramos essenciais a serem tidos em conta nos processos educativos, aos âmbitos e contextos em que tais processos ocorrerem ou podem ocorrer e aos profissionais que têm trabalhado nesta área.

O papel da educação

A educação enquanto processo acompanha o homem durante toda a sua vida. O homem está sempre, potencialmente, em desenvolvimento “[...] e a educação é um dos recursos desse processo de construção contínua” (CUNHA, PEREIRA e LOUREIRO, 2019, p. 48). Mas isto não deve fazer entender que defendemos que tal processo é ininterrupto e que basta viver para que a educação ocorra, não defendemos uma naturalização da relação entre viver e aprender. Tal como Lima (2012b), pensamos que nem todas as experiências vitais são experiências educativas. O que defendemos é que a educação é permanente no sentido de que ela pode ocorrer durante toda a nossa vida, seja qual for a fase em que nos encontremos no nosso ciclo vital.

Consideramos, ainda, que uma das principais funções dos processos educativos na fase da vida a que este texto alude é a integração, a incorporação das pessoas idosas no seu meio, no seu espaço social, tendo em conta as suas próprias condições de vida (SÁEZ, 2003).

A educação ocorre, desta forma, ao longo das nossas vidas sob diversas modalidades, metodologias e tipos, que podem ser sistematizados em educação formal, não formal e informal (LOUREIRO, 2009; SILVESTRE, 2013; TRILLA, 1998). Desta forma, também acontecem “[...] para e com os idosos, sobretudo através de práticas educativas não formais (organizadas, específicas, assentes em metodologias dialógicas e participativas) e informais (difusas e que ocorrem em simultâneo a outras situações sociais)” (CUNHA, PEREIRA e LOUREIRO, 2019, p. 48).

Apesar disso, consideramos que o papel que a educação, principalmente a não formal, deve ocupar nesta população está, em diversos contextos, subaproveitado. Como referimos acima, defendemos que a principal função da educação é conseguir que os idosos continuem a participar ativamente, de forma crítica e criativa na sociedade, nos meios sociais de que fazem parte. Tal é prevenir declínios prematuros físicos e cognitivos e contribuir para a continuidade da sua socialização.

Acreditamos na educação para a participação cidadã e solidária, na educação como um meio de fortalecimento da democracia, assente no diálogo (ESCARBAJAL, 2003). Este desígnio só será atingido se abranger também a população idosa.

Princípios

A organização de processos educativos para e com os idosos deve ter em consideração um conjunto de princípios. Em primeiro lugar, como já referimos, não há o Idoso, há idosos. Isto é, estamos perante uma categoria social multidimensional e complexa. Para além da idade, que se considera ser a partir dos 65 anos, há um conjunto de outras variáveis diferenciadoras que têm de ser tidas em conta, tais como: a zona de residência, as condições das habitações, a situação económica e social, a profissão passada ou presente, o nível de escolaridade, a condição física e mental dos idosos.

Como refere Glass (2003) nem todas as pessoas têm o mesmo tipo e ritmo de mudanças ao envelhecer. Tais mudanças dependem, entre outros aspetos, do estilo de vida, da estrutura genética, da dieta, dos cuidados de saúde, de cada pessoa. Na altura de pensar o processo educativo há que ter em consideração este aspeto da não existência de uma uniformidade, mas sim da existência de uma variedade de situações, muito embora seja verdade que há características que são comuns a muitos idosos, como seja a da perda progressiva da visão, da audição, etc., e que tal aspeto tem de ser tido em consideração na organização e execução dos processos educativos. Dito de outra forma, deve haver um equilíbrio na altura de planificar e executar os processos educativos entre o que são as diferenças e as semelhanças dos idosos que participarão em tais processos.

Os processos educativos não devem basear-se em metodologias assistencialistas, assentes no modelo deficitário do envelhecimento, que encara o idoso de forma homogénea e uniforme (REQUEJO, 2005). O idoso é, como defendido antes, complexo, multidimensional, heterogêneo, é ele próprio, potencialmente, um enorme recurso educativo. Por isso, é que pertinente ter em consideração os seus saberes, as suas experiências, os seus conhecimentos e também, naturalmente, os seus desejos, motivações, as suas verdadeiras necessidades e problemas (MIGUEL, 2003). Ou seja, é relevante conhecer as situações concretas de vida dos idosos com quem se vai trabalhar do ponto de vista educativo, dialogando com eles, fazendo com que se sintam implicados no processo desde o seu início.

Julgamos que quando se trata de pensar, organizar e concretizar processos educativos na, com e para esta população é mais apropriado o uso das metodologias e dos princípios da educação não formal, mesmo quando a finalidade é o de formalizar, escolarizar as aprendizagens efetuadas através do processo educativo, como por exemplo o de alfabetizar pessoas idosas. O modelo da educação não formal parte das pessoas, dos seus contextos vivenciais, encara-as como um recurso e não como alguém que apenas vai receber algo, assenta na comunicação dialógica (FREIRE, 1987), permite que os idosos sejam agentes educativos (SÁEZ, 1998). Nestes processos educativos as aprendizagens a serem realizadas ocorrem tendo em conta os contextos, a vida dos idosos e não acontecem de forma simplesmente abstrata e descontextualizada.

Defendemos ainda que quando se pensam processos educativos para e com os idosos convém termos presente que centrar a ação de forma exagerada apenas nessa mesma categoria, nos idosos, pode contribuir para o seu próprio isolamento. “Por isso, é pertinente pensar e executar processos educativos que favoreçam a interação intergeracional e a participação dos idosos em diversas ações culturais e sociais de forma não segregada” (CUNHA, PEREIRA e LOUREIRO, 2019, p. 49-50).

Contextos de atuação e o papel dos educadores

Estes princípios, enunciados de forma muito resumida, são concretizados em vários contextos de atuação, nos quais a educação e os educadores (educadores sociais, educadores de adultos, animadores socioculturais, pedagogos com orientação gerontológica, entre outros) têm um papel relevante a exercer, contribuindo, assim, de forma significativa para uma vida ativa da população idosa. Vejamos alguns desses contextos e âmbitos (ESCUDEY-MOLLON e CABEDO, 2013; MÍNGUEZ, 2004; SÁEZ, 2003) em particular.

A realização de programas de educação para a saúde e o autocuidado é um dos âmbitos de atuação. Nestes programas procura-se contribuir, entre outros aspetos, para o aumento do conhecimento sanitário por parte dos idosos e das suas famílias, para que se consiga diminuir comportamentos de risco, por exemplo, ao nível da alimentação (LIMÓN, 1998). Também há programas que se dedicam à promoção da saúde cognitiva e estilos de vida saudável. Um exemplo de um programa deste género é o que começou a ser desenvolvido na cidade de Udine, em Itália, em 2012, pelo município (BARDUS, 2013).

O apoio domiciliário, para além dos serviços que presta normalmente, pode e deve incluir uma ação socioeducativa. O papel do educador social, ou de outros profissionais da educação, pode passar,

entre outras, pelas seguintes atividades: intervenção socioeducativa junto da família do idoso; organização de ações de formação para o pessoal técnico e auxiliar de ajuda ao domicílio; preparação do idoso para participar em ações de voluntariado e, dessa forma, contribuir para uma relação próxima com a sua comunidade; proporcionar ao idoso um serviço de biblioteca e de consumo de outros bens culturais (CUNHA, PEREIRA e LOUREIRO, 2019; LIMÓN, 1998).

Os centros de dia são outro contexto onde se organizam programas e atividades educativas. Julgamos que nestes espaços a figura do educador é muito importante (LIMÓN, 1998). “Ele pode, a partir de um estudo prévio de diagnóstico, organizar várias atividades, como seja educar para a participação cívica, cultural, para o tempo livre, para a criatividade, para o seu renascer, para a autoestima” (CUNHA, PEREIRA e LOUREIRO, 2019, p. 50). Podemos identificar a implementação de práticas em centros de dia que procuram, de forma integrada, promover a participação dos idosos e o seu empoderamento, como é, por exemplo, o caso ocorrido nas Astúrias (BERMEJO, 2013).

De igual forma nos centros residenciais podem e devem ocorrer processos de intervenção educativa para quem neles está. Tem existido, nestes espaços, uma evolução positiva no sentido de uma maior abertura ao meio onde estão inseridos, mas muitos destes centros (lares de idosos, hotéis, ou com outras designações) ainda se encontram fechados sobre si mesmos, o que pode ser causador de um maior isolamento por parte dos idosos. Estes dispõem de muito tempo de ócio, por isso, o papel do educador é, também aqui, fundamental. Defendemos que este profissional deve fazer parte dos recursos humanos destas organizações e contribuir para que os idosos vivam efetivamente nelas. O seu papel educativo deve assentar e partir dos idosos, da instituição e do meio. Os programas e atividades a concretizar podem ser vários, tais como, por exemplo, a ciberanimação, a realização de leituras, de ateliers, de exercícios de dinâmica de grupos, de atividades físicas, de convívios e encontros com idosos de outras instituições, nos quais se realizem ações de caráter cultural e educativo (peças de teatro, exposições, etc).

As universidades seniores existem desde há longa data em diferentes contextos geográficos, organizam-se sob diferentes formas, realizam diversas atividades, cursos, dedicam-se a diferentes temáticas e surgem, frequentemente, como contextos de aprendizagem, socialização e de envelhecimento ativo, elas são dos espaços educativos mais conhecidos e reconhecidos na e para esta categoria etária (LOUREIRO e ESTEVES, 2013). Elas existem, sobretudo, em espaços urbanos, mas também existem em espaços rurais, como é o caso do programa de aprendizagem ao longo da vida existente na Universidade Jaume I, em Espanha (GARCIA, 2013). Apesar de todo o potencial destes espaços educativos, não será demasiado “lembrar as metodologias que devem estar presentes nestes espaços: motivadoras, promotoras de desenvolvimento pessoal, grupal e comunitário, dialógicas (partindo dos interesses, aspirações e saberes dos idosos), participativas, cooperativas, flexíveis, personalizadas, diferenciadas” (CUNHA, PEREIRA, LOUREIRO, 2019, p. 51).

A transição da chamada vida ativa para a reforma é uma fase que pode ser entendida como “um tempo livre merecido, utilizado para um desenvolvimento pessoal desejado” (CUENCA, 2013, p. 157), mas também pode ser uma altura muito complexa, caracterizada por uma transição acompanhada por um sentimento de vazio, de tédio, caso não seja devidamente preparada. Por isso, é necessário educar para o tempo livre, para o ócio, para um novo papel social (CUENCA, 2013). E, embora a maior parte das pessoas não participe nesse tipo de educação, a verdade é que existem programas educativos em vários países que ajudam a ver esse período como uma oportunidade para um novo começo, para um novo tempo, uma nova atividade, para um assumir de novos papéis sociais. Tais programas preparam as pessoas para o ócio, para o tempo livre e têm-se centrado em torno das seguintes tendências: promoção das relações interpessoais, desenvolvimento da autoestima, redescoberta da criatividade, autodescobrimento (LIMÓN, 1998; MARTÍN, 1997; REQUEJO, 2005).

O desenvolvimento de programas e atividades de educação intergeracional é dos processos mais ricos quando nos referimos à educação que envolve os idosos. Tais programas podem ocorrer em diferentes contextos: centros comunitários, residências, centros de dia, museus, associações,

escolas, entre muitos outros. Nestes espaços, a interação entre crianças/jovens e idosos, por exemplo, pode ser feita de forma indireta, através da inclusão nos currículos escolares, ou em filmes que passem em museus, de aspetos relativos a essa faixa etária, por forma a proporcionar aos jovens um maior conhecimento sobre os idosos. No entanto, pode e deve ser feita, na nossa perspetiva, sobretudo, através do contacto direto entre ambas as gerações, pois tal contacto permite um melhor interconhecimento, um maior respeito mútuo, mais e melhores trocas de conhecimentos específicos de cada uma das gerações. Tais encontros educativos podem passar por várias modalidades, como seja, por exemplo, a criação de oficinas que se baseiem na metodologia do aprender a partir do fazer. Existem vários projetos financiados pela União Europeia que concretizam esta forma específica de trabalhar a educação intergeracional. Não devemos ignorar também o facto de cada vez mais existirem pessoas de idade avançada a estudar juntamente com jovens em universidades e noutros espaços educativos e de tal realidade poder ser encarada como um espaço de educação intergeracional.

Tal como os programas de educação intergeracional, também o voluntariado e a ajuda a terceiros (MIGUEL, 2003) podem ser processos educativos que contribuem para a não excessiva concentração do processo educativo no idoso e conseqüente perigo de se contribuir para o seu isolamento. Ou seja, pensar em programas de voluntariado que impliquem que os idosos interajam com pessoas, independentemente das suas idades, fora do seu contexto quotidiano pode contribuir, na nossa perspetiva, para a não segregação desses mesmos idosos ou, dito de outra forma, pode contribuir para a sua integração social.

Considerações finais

O desafio do envelhecimento populacional é uma realidade ao qual a educação e os seus profissionais procuram dar resposta, conforme tentámos mostrar acima. Terminamos reforçando a ideia de que todas as atividades educativas apresentadas, bem com outras quaisquer, assim como os profissionais que as programam, executam e avaliam, devem ter sempre presente os princípios acima referidos. Se assim não for podemos estar a criar programas, projetos e atividades para os idosos, mas não com os idosos.

A filosofia assistencialista e intervencionista deve ser evitada, a que deve prevalecer é a participativa, a dialógica. Caso não tenham em consideração a filosofia e metodologia de trabalho que aqui defendemos, aquela que contribui para uma educação permanente participada, tais programas e os seus profissionais podem até ser bem-intencionados, mas pensamos que se arriscam a ter resultados práticos pouco ou nada satisfatórios para quem neles deve participar efetivamente: os idosos.

Referências

- BARDUS, M. Project “moving your minds” in society. In: ESCUDER-MOLLON, P.; CABEDO, S. (Ed.). *Education and quality of life of senior citizens*. Castellón de la Plana: Universitat Jaume I, 2013. p. 95-97.
- BERMEJO, L. Boas práticas em centros de dia e em residências de pessoas idosas. In: PEREIRA, J.; LOPES, M.; RODRIGUES, T. (Coord.). *Animação sociocultural, gerontologia e geriatria*. Chaves: Intervenção, 2013. p.181-196.
- BERNSTEIN, B. Das pedagogias aos conhecimentos. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 15, p.9-17, 2001.
- CUENCA, M. Para além do trabalho: o ócio dos reformados. In: PEREIRA, J.; LOPES, M.; RODRIGUES, T. (Coord.). *Animação sociocultural, gerontologia e geriatria*. Chaves: Intervenção, 2013. p.157-177.

CUNHA, L.; PEREIRA, F.; LOUREIRO, A. Educação para o suporte social e satisfação com a vida em idosos. In: BARROSO, Á.; HOYOS, A.; SILVA, H.; FORTUNATO, I. (Org.). *Diálogos interdisciplinares do envelhecimento*. São Paulo: Edições Hipótese, 2019. p. 47-66.

ESCARBAJAL, A. Personas mayores, educación y eprendizaje. In: SÁEZ, J. (Coord.). *Educación y aprendizaje en las personas mayores*. Madrid: Dykinson, 2003, p. 159-182.

ESCUDE-MOLLON, P.; CABEDO, S. (Editores). *Education and quality of life of senior citizens*. Castellón de la Plana: Universitat Jaume I, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ªed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCÍA, M. Learning in Rural Areas in Castellón (Spain). In: ESCUDE-MOLLON, P.; CABEDO, S. (Ed.). *Education and quality of life of senior citizens*. Castellón de la Plana: Universitat Jaume I, 2013. p. 98-102..

GIANNAKOURIS, K. Ageing characterises the demographic perspectives of the european societies. Luxemburgo: Eurostat — *Statistics in focus*, nº 72, 2008.

GLASS, J. Factores que afectan al aprendizaje de las personas mayores. In: SÁEZ, J. (Coord.). *Educación y aprendizaje en las personas mayores*. Madrid: Dykinson, 2003, p. 145-158.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTASTÍCA. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Dia mundial da população. *Destaque*, Lisboa, s/n, p. 1-8, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Projeções de População Residente: 2015-2080. *Destaque*, Lisboa, s/n, p. 1-19, 2017.

KALACHE, A. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 3, n.3, p.217-220, 1987.

LIMA, L. *Aprender para ganhar, conhecer para competir - sobre a subordinação da educação na "sociedade da aprendizagem"*. São Paulo: Cortez Editora, 2012a.

LIMA, L. Educación permenente en tiempos de crisis: volviendo a Freire, Gelpi e Illich. In: APARICIO, M.; CORELLA, I.; APARICIO, P. (Eds.). *Educación permenente, vida recebida y cambio de civilización*. Valencia: CREC, 2012b. p. 41-62.

LIMÓN, M. La educación de personas mayores. In: PETRUS, A. (Coord.). *Pedagogía social*. Barcelona: Ariel, 1998. p. 292-329.

LOUREIRO, A. *O trabalho técnico-intelectual em educação de adultos: contribuição etnossociológica para a compreensão de uma ocupação educativa*. Cascais: Sururu, 2009.

LOUREIRO, A.; ESTEVES, T. A universidade sénior como espaço de aprendizagem, socialização e envelhecimento ativo: o estudo exploratório de um caso. In: PEREIRA, J.; LOPES, M.; RODRIGUES, T. (Eds.). *Animação sociocultural, gerontologia e geriatria. A intervenção social, cultural e educativa na terceira idade*. Chaves: Intervenção, 2013. p. 85-91.

MARTÍN, A. Jubilación y educación de adultos. In: GARCÍA, J. (Coord.). *Educación de adultos*. Barcelona: Ariel, 1997. p.217-252.

MIGUEL, S. Propuestas educativas para las personas mayores. In: SÁEZ, J. (Coord.). *Educación y aprendizaje en las personas mayores*. Madrid: Dykinson, 2003, p. 52-62.

MÍNGUEZ, J. *La educación en personas mayores*. Madrid: Narcea, 2004.

REQUEJO, A. *Educação Permanente e educação de adultos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

SÁEZ, J. La pedagogía social y la educación de personas mayores o las potencialidades de la polinización mutua. In: SÁEZ, J. (Coord.). *Educación y aprendizaje en las personas mayores*. Madrid: Dykinson, 2003, p. 9-15.

SILVESTRE, C. *Educação e formação de adultos e idosos. Uma nova oportunidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

TRILLA, J. *La educación fuera de la escuela. ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Ariel, 1998.

*Doutor em Educação. Docente do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; CIIE da FPCE da Universidade do Porto. E-mail: aloureiro@utad.pt.

Recebido em 10/05/2019

Aprovado em 25/05/2019